Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação - VPEIC

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO – CTE

Dias 15 e 16 de maio de 2019

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Presidente: Nísia Trindade Lima

Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Vice-presidente: Cristiani Vieira Machado

Coordenação Geral de Educação (CGE)

Coordenadora: Cristina Guilam

Coordenadora-adjunta: Eduarda Ângela Pessoa Cesse

Coordenação dos Cursos *Lato Sensu* (CLS)

Coordenadora: Isabella Delgado

Campus Virtual Fiocruz (CVF)

Coordenadora: Ana Furniel

Relator

Paulo Sergio de Carvalho

Nos dias 15 e 16 de maio de 2019 realizou-se, no Rio de Janeiro, a reunião da Câmara Técnica de Educação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com a participação de 88 pessoas:

Associação de Pós-Graduandos (APG): Richarlls Martins | **Associação dos Servidores da Fiocruz – SN (ASFOC):** Jesuan Xavier, Paulo Henrique S. Garrido | **Biomanguinhos (BIO):** José Procópio Senna; **Casa de Oswaldo Cruz (COC):** Ana Luce Girão S. de Lima, Anderson Boanafina, Carla Gruzman, Gisele Porto Sanglard, Kaori Kodama, Luisa Massarani, Renato Gama-Rosa Costa, Sandro Marcelo Hilário | **Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris):** Liliane B. A. Menezes | **Coordenação Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan):** Christina Menezes | **Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp):** Alex Amorim, Ana Paula Abreu Fialho, Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva, Elyne Engstrom, Enirtes Caetano, Joviana Avanci, Karla Travaglia, Lucia Maria Dupret, Marcelo Eduardo Timoteo, Maria Helena Barros, Marly Marques da Cruz, Maurício de Seta, Sergio Rego, Susi Franco, Viviane Deberge | **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV):** Carlos Maurício Barreto, Fernanda Cosme da Costa, Ingrid D. F. Pereira, Luis Maurício Baldacci, Isabela Cabral Félix de Souza | **Escola Corporativa:** Carla Kaufman | **Farmanguinhos (FAR):** Mariana Conceição de Souza | **Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD):** Claudia M. Rios Velasquez | **Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Muniz (IGM):** Cláudia Ida Brodskyn | **Fiocruz Brasília – Escola Fiocruz de Governo**

(EFG): Luciana Sepúlveda Koptke | **Fiocruz Ceará:** Anya Pimentel G. F. Vieira Meyer | **Fiocruz Mato Grosso do Sul:** Débora Dupas G. Nascimento | **Fiocruz Paraná – Instituto Carlos Chagas:** Lysangela R. Alves | **Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães (IAM):** Ana Paula do Nascimento, Sheilla Andrade de Oliveira | **Fiocruz Piauí – Filipe Aníbal** | **Fiocruz Rondônia – Deusilene S. Vieira** | **Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB):** Etinete Nascimento Gonçalves, Maria Ines Doria Rossi | **Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT):** Luciana Martins, Maria Cristina S. Guimarães | **Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS):** Katia Christina Leandro | **Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI):** Maria do Socorro Ferraz Machado, Paulo A. da Costa Ferreira, Rodrigo Caldas Menezes, Suze Rosa Sant’Anna | **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF):** Antonio Eduardo V. dos Santos, Marcos Nascimento, Martha C. N. Moreira, Monique Brandão, Suely F. Deslandes, Susana M. Wuillaume | **Instituto Oswaldo Cruz (IOC):** Leila de Mendonça Lima, Marcelo Alves Pinto, Marcos Vannier, Margareth Queiroz, Martha C. Suárez Mutis | **Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC):** Adélia Maria O. Araújo, Adriana Coser Gutierrez, Adriana Geisler, Alex Bicca Corrêa, Ana Cristina Furniel, Ana Paula Mendonça, André Souza dos Santos, Angela Maria Ribeiro, Beatris C. Duqueviz, Beatriz Alves Velho, Carmen Pagotto, Cristiani Vieira Machado, Maria Cristina Guilam, Daniele Lobato, Isabella Delgado, Márcia Silveira, Paulo Sergio de Carvalho, Rita de Cássia Duarte da Mota, Rosana Valente, Rosane Mendes, Sandra R. S. Benigno

Dia 15/05/2019

Local: Auditório da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Sessão de Abertura – Cristiani Machado, Cristina Guilam, Richarlls Martins e Paulo Garrido

Destacam-se em tópicos sintéticos os aspectos tratados na mesa de abertura:

O representante da APG, Richarlls Martins, informou ter realizado assembleia na qual elegeu nova coordenação, reafirmou a pauta da diversidade e tomou decisões relativas à paralisação em defesa da educação; informou que haverá um Pré-Encontro Nacional do Fórum de APGs da Fiocruz, em 6 e 7 de julho, em Recife, contando-se com a participação de representações do RJ, PE, BA, DF, PR e AM.

A Vice-Presidente Cristiani Machado trouxe informes sobre a conjuntura de contingenciamento orçamentário e a atuação da direção da Fiocruz neste quadro; informou sobre as atividades relativas ao aniversário da instituição no final de maio; destacou a preocupação com o tema das aposentadorias e saudou a entrada de 119 novos servidores; descreveu os itens propostos para a pauta da reunião da CTE.

A Coordenadora Geral de Educação Cristina Guilam informou sobre ofício encaminhado à CAPES solicitando a reinstalação de bolsas dos programas de notas 3 e 4; repassou saudação da Coordenadora Geral de Educação Adjunta, Eduarda Cesse, que está representando a Fiocruz no Fórum de Pró-Reitores, nesta mesma data.

O Presidente da ASFOC-SN Paulo Garrido trouxe informes sobre o movimento nacional Ciência Ocupa Brasília e sobre as demais mobilizações, tendo feito a leitura de dois manifestos. Em seguida respondeu a questões dos participantes.

Internacionalização na pós-graduação: PrInt e Coopbrass – Cristina Guilam

A Coordenadora Geral de Educação Cristina Guilam apresentou informações sobre o Programa Institucional de Internacionalização CAPES – PrInt, seguido de informe sobre o Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global – Edital nº 5 – COOPBRASS/CAPES. As apresentações estão no **Anexo 1**.

Destacou que, nos dois casos, a Fiocruz optou por submeter um projeto único, integrado, articulando os programas. O PRINT é voltado para a cooperação norte-sul e alcança os programas com notas 5, 6 e 7, cobrindo diversas modalidades de bolsas. Já o COOPBRASS é voltado para a cooperação sul-sul, e como os recursos orçamentários são pequenos, houve a decisão de concentrar o projeto na cooperação com Moçambique. Ressaltou a complexidade do Print, projeto muito trabalhoso, que exige a ajuda de todas as unidades envolvidas, uma vez que a Fiocruz agora realiza trabalho que antes era executado pela CAPES.

Após a apresentação, houve uma rodada de falas dos participantes, em busca de esclarecimentos ou realizando sugestões. Cristina Guilam e Cristiani Machado fizeram comentários finais: embora o PrInt seja muito restrito aos programas 5, 6 e 7, por definição da CAPES, na execução das iniciativas a Fiocruz buscará fazer o melhor aproveitamento possível da vinda de docentes e pesquisadores estrangeiros, com atividades adicionais voltadas a outros programas. O COOPBRASS é voltado para programas acadêmicos, com notas de 4 para cima. Outras iniciativas que sejam baseadas no orçamento da Fiocruz serão abertas para todas as unidades, sobretudo valorizando propostas que sejam conjuntas entre duas ou mais unidades.

Informe sobre a Política de Assistência Estudantil – Márcia Silveira

A Coordenadora do Centro de Apoio ao Discente – CAD, Márcia Silveira, apresentou informe sobre os desafios de construção da Política de Assistência Estudantil, norteadas pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, mostrando informações sobre iniciativas já existentes nas unidades e sobre propostas da comunidade discente, além de dados sobre a pesquisa realizada pela APG. A apresentação está disponível no **Anexo 2**.

Alguns participantes fizeram comentários sobre o tema. Destacaram-se preocupações relativas ao atendimento a pessoas com deficiências, em razão das diversas dificuldades infraestruturais e culturais existentes. Sobre o acolhimento a discentes, a ENSP informou iniciativas de melhorias nas estruturas do alojamento existente no Hélio Fraga, com base em emenda parlamentar. Também registrou iniciativa de compras de equipamentos e mobiliários para melhoria de acessibilidade nas salas da escola. A APG informou que realizará segunda edição da pesquisa de consulta aos estudantes, tendo solicitado apoio das Vice-Direções de Educação das Unidades para facilitar o contato com estudantes das unidades regionais. Também registrou as discussões sobre assédio nas residências. Houve também comentários sobre a dificuldade de viabilizar parcerias para o trabalho

de apoio psicológico aos discentes, além da afirmação de que o CAD precisa ser replicado nas unidades.

Informe sobre os Editais da VPEIC recém lançados – André Souza dos Santos

André Souza dos Santos, da CGE, apresentou informe sobre editais, com destaque para o período para submissão de propostas de cursos novos (APCN), pesquisador visitante sênior, Prêmio Oswaldo Cruz de Teses e Medalha Virginia Schall de Mérito Educacional, descrevendo os cronogramas de cada um deles. A apresentação encontra-se no **Anexo 3**.

Luisa Massarani (COC/VPEIC) acrescentou a informação de que o edital de apoio a Divulgação Científica está aberto, com prazo para participação até 18 de junho. Houve também a solicitação de que, tão logo sejam concluídas as inscrições para o Prêmio Oswaldo Cruz de Teses, que os coordenadores de programas recebam a lista dos inscritos.

Informe sobre o Fórum das Secretarias de Educação Fiocruz – Monique Brandão, Viviane Deberge e Sandro Hilário

Os representantes do Fórum das SECA apresentaram um informe no qual explicaram a proposta e funcionamento do Fórum, que nasceu por articulação de participantes do primeiro curso de especialização em gestão acadêmica promovido pelo IFF. Narraram as principais iniciativas já realizadas, apontaram a entrada de novos membros na equipe executiva (Raquel Keller e Luciana Martins), além da aceitação do convite feito pela CPA para participação com um representante do Fórum. Agradeceram o apoio dos gestores ao trabalho da equipe, que é de integração do trabalho das secretarias das unidades e anunciaram que o III Fórum das secretarias está previsto para setembro de 2019. O informe apresentado está disponível no **Anexo 4**.

Alguns participantes comentaram a importância do curso de especialização em gestão acadêmica, tendo sido informado que a edição atual conta com a parceria entre ENSP e IFF, com apoio da VPEIC, sendo um projeto agregador e estruturante. Representante da APG registrou haver a necessidade de uma interação maior entre a associação dos estudantes e o Fórum das SECA.

Informe sobre o cronograma de implantação do SIEF – Geraldo Sorte

O coordenador geral da COGETIC, Geraldo Sorte, trouxe informações sobre o Sistema Integrado de Educação da Fiocruz – SIEF, que deverá substituir o sistema SIGA. Em sua apresentação (disponível no **Anexo 5**), descreveu as características do novo sistema, relacionou os módulos que o constituirão, além de apresentar as funcionalidades para o *Stricto Sensu*. Pontuou os acréscimos que o SIEF traz em relação ao SIGA-SS.

Para descrever a situação atual do módulo do *Stricto Sensu*, informou que já foram realizados ajustes ao Teste de UX (teste de experiência do usuário) realizado com as Secretarias Acadêmicas. O teste de UX com docentes e discentes está marcado para 24/5 e o sistema deverá receber ajustes até julho, iniciando-se o plano de implantação em 22/7/2019. O plano de implantação do Módulo

do *Stricto Sensu* foi apresentado, informando-se a previsão de que no dia 11/8 o SIGA-SS seja bloqueado para entrada de novos dados, iniciando-se a operação assistida do SIEF em 12/08.

O informe foi finalizado com um quadro das próximas entregas do SIEF, prevendo-se a conclusão do *Lato Sensu* para abril/2020, das Residências para maio/2020, da educação profissional e do uso por aplicativo para dezembro/2020.

Os participantes da CTE fizeram vários comentários ao assunto, expressando dúvidas e também a visão de que estamos finalmente chegando a um ponto mais avançado, uma vez que a atualização do SIGA vem sendo buscada há mais de 10 anos. Foi solicitado que as Vice-Direções de Educação das Unidades sejam informadas sobre os processos de consulta às equipes das SECA (definição de requisitos, testes de UX, etc). Foram levantadas questões relativas ao momento de se fazer a transição do SIGA-SS para o SIEF, para evitar riscos de problemas na liberação de bolsas, sobretudo levando em conta as dificuldades conjunturais atuais. Também houve perguntas sobre o grau de acessibilidade que será possibilitado pelo SIEF

Geraldo Sorte respondeu aos questionamentos informando que a Cogetic atua com aderência completa ao e-MAG (recomendações governamentais de acessibilidade eletrônica) e que o SIEF deverá estar completamente acessível. Ressaltou que o SIEF não é um site ou portal, mas um sistema baseado em serviço. O usuário entra em um link que leva ao serviço. Quanto à possibilidade indagada sobre conexão entre a Plataforma Sucupira e o SIEF, respondeu que isso precisa ser estudado, pois ainda não há informações suficientes sobre isso. Diante de várias demandas, ressaltou que será necessário definir um grupo que possa eleger prioridades do que vai ser desenvolvido primeiro. Quanto à data para a mudança do SIGA para o SIEF, sugere que a VPEIC avalie se deve ser adiado, estando claro que será necessário em determinado momento fechar a entrada de dados no SIGA, e em seguida colocar o SIEF aberto para funcionar com entradas dos novos dados e para consultas. Quanto à pergunta se o SIEF fornecerá indicadores do ensino, disse ser necessário definir se o próprio sistema deverá fazer isso ou se isso será feito em outro módulo, para o qual o SIEF exportaria dados a serem trabalhados na construção dos indicadores.

Sistema de Acompanhamento de Egressos – Suely Deslandes e Isabella Delgado

Introduzindo o tema, a Vice-Presidente Cristiani Machado pontuou a existência, na Fiocruz, de vários estudos sobre egressos realizados por programas de pós-graduação, além de pesquisas e teses, sendo, no entanto, necessária a existência de um sistema integrado de acompanhamento de egressos, com atualização contínua. Em razão disso, em março foi realizada oficina sobre experiências, e constituído um Grupo de Trabalho coordenado por Suely Deslandes e Isabella Delgado. O grupo já fez uma primeira proposição para apresentação à CTE.

As professoras Suely Deslandes e Isabella Delgado apresentaram, então, as análises e proposições do grupo de trabalho, que estão disponíveis no **Anexo 6** e no **Anexo 7** (termo de referência). O contexto envolve demandas externas (da CAPES para o *Stricto Sensu* e do MEC para os cursos de especialização), e internas, relacionadas à gestão e acompanhamento, visando o planejamento dos cursos na Fiocruz. Discute-se, então, a instituição de um sistema de acompanhamento de egressos, que avance em relação às experiências anteriores de iniciativas isoladas e pontuais. A ideia é de que

seja montado um survey que será aplicado aos concluintes de 2017, 2018 e 2019 (até 31 de maio). Este survey irá subsidiar a implementação de um sistema de acompanhamento de egressos, e prevê a construção de instrumento que possa ser aplicado ao aluno no momento do ingresso no curso, no término e em períodos de tempo (a serem definidos) após a conclusão do curso. O instrumento deverá estar incorporado ao SIEF, de modo a ser aplicado de modo sistemático. Para validação do survey, será aplicado um pré-teste no IFF, que se voluntariou para isso. A expectativa é de que o trabalho esteja concluído até o final de 2019 e que o instrumento de acompanhamento de egressos já seja acoplado ao SIEF em 2020.

Diversos participantes se manifestaram em seguida, vários elogiando a iniciativa e destacando-a como muito necessária, outros trazendo exemplos ou sugestões e questionamentos. Existem situações específicas (programas em associação, programas em rede, turmas específicas de oferta não regular, etc) que exigirão tratamento adequado para que os discentes possam ser alcançados pelo sistema SIGA/SIEF. O Sistema de Acompanhamento constitui um primeiro elemento para responder à pergunta sobre o impacto de nossa ação educacional.

Comentou-se a figura dos “egressos-chave”, aqueles que respondem de imediato e que podem ser acionados para solicitação de apoio para ajudar a envolver os demais egressos da turma.

O acompanhamento de egressos da educação profissional será realizado por outro grupo de trabalho, com participantes da EPSJV e IOC, coordenado por Tânia Celeste, mantendo interlocução com o grupo de trabalho engajado no levantamento relativo à pós-graduação (*Stricto e Lato Sensu*).

Nesta primeira fase, o trabalho estará concentrado na educação presencial, posteriormente abarcará a modalidade EAD, em razão dos quantitativos muito grandes dessa modalidade.

Vários participantes questionaram que a consulta ao egresso seja realizada um ano após a conclusão do curso, alguns considerando que deveria ser período maior, em particular para os cursos *Stricto Sensu*.

Foi dado o alerta a que o trabalho relativo ao survey não gere maior sobrecarga de trabalho às equipes das Secretarias Acadêmicas, sendo necessário avaliar o impacto das ações do survey que serão repassadas para essas equipes.

Perguntou-se como é que os resultados do levantamento chegarão aos coordenadores dos programas. Também pontuou-se a dúvida se os coordenadores, por serem mais próximos aos alunos, não deveriam fazer o contato com eles.

Nos esclarecimentos e comentários feitos pela Vice-Presidente e pelas apresentadoras da proposta, ficou pontuado que o survey não será uma pesquisa, mas um levantamento relativo ao sistema de gestão; como todo survey, será necessário obter um termo de consentimento do respondente.

Quanto ao período a ser esperado após a conclusão do programa para ser feita a repetição da consulta, tem que ser visto à luz da literatura, e, talvez, considerando os diferentes campos temáticos de atuação dos programas de pós-graduação. Poderão ser estabelecidos dois períodos distintos, talvez agregando um coorte de cinco anos para mestrado e doutorado.

Dia 16/05/2019

Local: Auditório da Coord. Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC

Disciplinas Transversais – Cristina Guilam

A prof. Cristina Guilam saudou as iniciativas de consórcios entre programas, exemplificando com as experiências no Piauí e Rondônia e destacou a importância dos doutorados profissionais aprovados em Farmanguinhos e Aggeu Magalhães. O tratamento de temas transversais, de modo integrado, por meio de oferta de disciplinas começou há três anos com a experiência do curso de Bioética coordenado por Sergio Rego e a partir do ano passado, vêm sendo construídas outras propostas que serão apresentadas para a CTE, com vista a analisar o melhor aproveitamento dessas ofertas.

Ressaltando que o tema das disciplinas transversais já foi objeto de discussão no Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no mês de abril, Cristina apresentou as diretrizes estabelecidas para a elaboração dessas disciplinas e evidenciou aquelas que já estão preparadas ou em fase de estruturação: Divulgação Científica, Ciência Aberta, Metodologia Científica, Ética e Integridade em Pesquisa, Saúde Pública e sistema de saúde no Brasil. A apresentação com os detalhes sobre cada proposta estão disponíveis no **Anexo 8** e no **Anexo 9** (informe).

Seguiu-se um debate com os participantes da CTE. Destacam-se a seguir os principais aspectos apontados:

Foi lembrado que, no VIII Congresso Interno, ocorreram duas discussões articuladas: os temas transversais e a discussão de um núcleo de disciplinas comuns. Muitos desses temas não se restringem a constituírem disciplinas na pós-graduação, devendo ser tratados de inúmeras formas diferentes no cotidiano da Unidade, como é o caso, por exemplo, de Ciência Aberta. Ou seja, vários desses temas poderão ser tratados de modos mais alternativos, em diferentes formatos. Apareceu a preocupação de que a estruturação como disciplina possa engessar o trabalho com temas que precisam ser tratados de modo fluido nos diferentes cursos.

E há outro tema muito comentado, que é a questão da didática de nossos docentes. O IGM informou que oferta um curso sobre didática para sua equipe e discentes, com professor convidado, e que praticamente somente trabalham em seus cursos com metodologias ativas. O ICICT possui uma disciplina obrigatória de formação para a docência, que agora passou a ter vagas abertas para outros programas. O IFF também comentou que tem uma disciplina sobre processos pedagógicos desde 2003, que era optativa e se tornou obrigatória por demanda dos discentes.

Comentou-se que a discussão sobre formação docente merece espaço permanente de reflexão, sendo necessário fazer um levantamento do que as unidades estão ofertando nesse campo, aprofundar sobre o “como nos tornamos professores”. A demanda por formação de docentes também é recorrente no campo das residências. E foi lembrado que o Campus Virtual ofertou em 2018 o Curso sobre Tecnologias Educacionais com o professor José Moran. A ENSP ressaltou que a formação docente se divide em dois aspectos: definirmos apoio à formação da “função docente” de nossos profissionais, com um conjunto de ofertas de apoio, e termos ofertas de formação de nossos mestrandos e doutorandos. Há a necessidade de que os programas discutam que a formação docente seja parte obrigatória, mas há resistência a isso.

Sobre o tema integridade da pesquisa, foi informado que está sendo preparada uma ação ampla no nível da Presidência, que será discutida no próximo Conselho Deliberativo.

Foi lembrada a proposta surgida na reunião da CTE em 2018 de construirmos um curso sobre ciência, saúde e sociedade, que seria comum a toda a Fiocruz. No entanto, o grupo criado para isso não chegou a se reunir, ficando sugerida a retomada desse trabalho.

É importante ressaltar que as propostas de disciplinas pressupõem a construção coletiva com os coordenadores de programas, por exemplo, estabelecendo o trabalho com casos específicos e adequados a cada situação. E lembrar que essas disciplinas não podem ser autoinstrucionais, sendo fundamental a participação do docente.

Representantes da VPEIC trouxeram esclarecimentos, evidenciando que os temas transversais vêm sendo preparados para diversas abordagens, como disciplinas para os programas de pós-graduação ou também como cursos de aperfeiçoamento ou atualização, por meio de atividades autoinstrucionais. Foi ressaltado que todas essas propostas que envolvem recursos online são ofertadas por meio do Campus Virtual, seja como MOOC (curso online aberto e massivo), ou como disciplina para programas (nesse caso sendo necessária a adesão do programa, com o estabelecimento de mecanismos de avaliação e interlocução com os estudantes). A esse propósito também foram lembrados os conceitos de “educação aberta” e “recurso educacional aberto”.

O curso de Introdução à Divulgação Científica foi tomado como exemplo: pode ser ofertado como disciplina de pós-graduação *Stricto Sensu* na modalidade EAD (2 créditos, 60 horas); será feita uma oferta como tal no IGM no segundo semestre, neste caso contando com dois encontros presenciais e atuação de docente da unidade; pode ser ofertada uma versão aberta (sem moderação, nem trabalho final). E também os materiais do curso podem ser utilizados para outros tipos de atividades, acessados como recurso educacional aberto.

O Curso proposto pela COC será presencial, porém haverá transmissão on-line. Os módulos de Ciência Aberta podem ser utilizados de modo auto-instrucional por quem quiser acessar.

Quanto à formação docente, foi lembrada a realização do seminário de Educação no ano passado e a existência de um Grupo de Trabalho, com representantes de várias unidades, para atuar sobre o tema. Não é simples pensar uma disciplina nessa área, porém há várias possibilidades à disposição de nossos alunos. Ficou sugerida a realização de uma oficina sobre as experiências das unidades com os processos pedagógicos.

***Lato Sensu*: Escola de Governo Fiocruz e CPA – Isabella Delgado**

Abrindo o tema, a Prof. Cristina Guilam informou atualizações no funcionamento da equipe da Coordenação Geral de Educação. A Coordenação do *Lato Sensu* passa a ser coordenada por Isabella Delgado, em atuação articulada com Adriana Coser, responsável por acompanhar as Residências, fazendo assim uma atuação mais integrada do lato sensu. A Comissão Própria de Avaliação – CPA passa a ser presidida pela Adriana Geisler, proveniente do INI.

Em seguida, Isabella Delgado situou a discussão relativa a definições sobre a Escola de Governo Fiocruz (ver apresentação no **Anexo 10**). O documento básico (que é resultante de discussões iniciadas em 2017 e aprofundadas em 2018) foi enviado previamente aos membros da CTE em

versão atualizada pela CGE-VPEIC em abril (ver **Anexo 11**), em que foram incorporadas as últimas contribuições e realizados ajustes, deixando o texto mais claro, lembrando que ele é um texto orientador, norteador das questões mais gerais, e que maiores detalhamentos ainda serão pactuados coletivamente, a posteriori. A nova versão dá maior precisão ao escopo da EGF (cursos de especialização), ratifica a autonomia das unidades e faz uma simplificação da proposta de estrutura de governança.

Seguiram-se várias falas dos participantes, todas parabenizando pelo resultado alcançado e opinando sobre um ou outro aspecto do texto. A Vice-Diretora de Educação da ENSP, Lúcia Dupret, e o VDE da EPSJV, Carlos Maurício, elogiaram as últimas mudanças efetivadas, após o envio das contribuições de suas unidades. A Diretora Executiva da EFG-Brasília, Luciana Sepúlveda, e a VDE da Fiocruz Mato Grosso do Sul, Débora Dupas, também elogiaram o trabalho e destacaram especificidades da estrutura da oferta educacional de suas unidades, ficando indicado que as discussões sobre o conceito de escola de governo deverão ter continuidade no novo período, agora no âmbito do Fórum da EGF. Ao final, a VP Cristiani Machado agradeceu as intervenções e se disse satisfeita com o resultado alcançado com as discussões, comprometendo-se a informar o Conselho Deliberativo sobre o consenso alcançado. Há diversidade de opiniões e a discussão deverá ser permanente, tendo a visão de que o credenciamento como Escola de Governo nos dá uma unicidade que nos fortalece.

As definições estabelecidas no documento e debatidas na CTE, de modo sintético são as seguintes: (1) o escopo da EGF é centrado nos cursos de especialização; atividades formativas que não sejam reguladas (cursos livres, latíssimo) poderão ser colocadas como do âmbito da EGF, nas unidades que o necessitarem (exemplo: Mato Grosso do Sul); (2) reiterado o respeito à autonomia das unidades, condicionada às normas regulatórias externas vigentes, e à estrutura decisória interna da Fiocruz; (3) a estrutura de governança é constituída pelo Fórum da EGF e Coordenação Executiva; (4) O Fórum da EGF, com reuniões semestrais, conduzido pela/o Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação, é composto pela Coordenação Geral de Educação, pela Coordenação do *Lato Sensu* e por um representante (e seu suplente) indicado pelas unidades/escritórios com ofertas de cursos de especialização; (5) A Coordenação Executiva, dirigida pela CGE e constituída por membros da Coordenação do *Lato Sensu* realizará a condução das atividades cotidianas da EGF.

Ainda no âmbito do *Lato Sensu*, Isabella trouxe informações sobre as ações afirmativas. Lembrou que, em decorrência da Portaria CAPES 13/2016, a Fiocruz editou em 2017 portaria estabelecendo critérios para as ações afirmativas nos programas *stricto sensu*. Para o *Lato Sensu* não existem normas específicas, havendo práticas diferenciadas nas unidades quanto ao tratamento do tema. É necessário também produzir um alinhamento melhor nas Residências. O assunto está em início de discussão, tendo sido criado um grupo de trabalho, coordenado por Isabella Delgado e Adriana Coser, para elaborar sobre o assunto. Embora não exista uma legislação com exigências de ações afirmativas para o *Lato Sensu*, as definições do VIII Congresso Interno trazem essa responsabilidade de modo geral para a instituição.

Adriana Coser fez exposição sobre as ações afirmativas no âmbito das residências médicas e multiprofissionais, apresentando mapeamento sobre os últimos editais e ressaltando diferenças em relação as práticas nos cursos e unidades da Fiocruz.

Houve, em seguida, uma rodada de intervenções sobre o tema. Alguns participantes colocaram suas preocupações quanto às questões de acessibilidade; outros pontuaram as fragilidades quanto a

orientação jurídica, demandando a existência de uma assessoria jurídica. Problematizou-se a questão das taxas acadêmicas, que são impedidas por portaria da Fiocruz, o que cria embaraços nas ações de internacionalização, uma vez que universidades parceiras possuem taxas.

Em seguida, Isabella Delgado fez um informe sobre a Comissão Própria de Avaliação, atualizando a composição das representações dos vários segmentos. Apontou a entrada de Adriana Geisler para presidir a Comissão em substituição a ela. Assim, a composição atual ficou assim definida: pela Gestão do Ensino, Adriana Geisler (do INI, na presidência) e Carla Gruzman (COC). Pelos Docentes, Maria Auxiliadora Gomes (IFF) e Isabel Lamarca (ENSP). Pelos discentes e/ou egressos, Alex Bicca (VPEIC) e Patrícia Barcelos (APG/ICICT). Pelos técnicos administrativos, Ítalo Kirkove (VPGDI) e Luciana Martins (Fórum SECAs / ICICT). Pelas instituições externas vinculadas à educação em saúde, José Ivo Pedrosa (Abrasco) e Claudia Brandão (MS/SGETES). Pela sociedade civil organizada, André da Silva Lima (Conselho Comunitário de Manguinhos) e Giancarlo de Montemor Quagliarello (CNS). Foi esclarecido que a CPA é prevista como um condicionante para o credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz, não sendo uma instância de representação das unidades.

Campus Virtual: novas funcionalidades e recursos – Ana Furniel

A Coordenadora do Campus Virtual Fiocruz, Ana Furniel, fez uma apresentação geral sobre as atividades realizadas. A apresentação está disponível no **Anexo 12**. Primeiramente são apresentadas informações sobre o estado da arte das ofertas educacionais, dando a dimensão do trabalho em andamento. Por meio de vários *dashboards* (painéis com informações sintéticas, atualizadas constantemente), foi mostrada a situação dos cursos latíssimos (411 no total), com um total de 5.530 certificados emitidos.

As atividades abarcadas pelo CVF foram relacionadas: Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle); Sistema de Cursos (Latíssimo); Informação (Cursos no SIGA, SIMIOS e Latíssimo); Comunicação (Notícias, eventos e entrevistas); Capacitação de Unidades e Redes Parceiras; Produção de Cursos (capacitação, fluxos, processos e guias); Educação Aberta (Educare, capacitação); Recursos Educacionais Abertos (Videoaulas e materiais didáticos); e Suporte.

Foi explicado que o CVF trabalha por meio da integração de dados, extraíndo informações do Sistema SIGA, do Latíssimo e do Sistema SIMIOS. Para este, encontra-se em desenvolvimento um novo webservice. Em seguida, foi mostrado o sistema de filtros, por meio do qual é possível fazer a busca dos cursos por Unidades e por Programas.

Ana Furniel descreveu em seguida o fluxo seguido no processo de produção de cursos on-line.

Na finalização, trouxe vários exemplos relativos às experiências inovadoras que vêm sendo implementadas. A primeira delas é a *formação modular*, exemplificada com a Ciência Aberta, que é composta por 4 séries, cada uma delas com 2 cursos – que podem ser ofertados em diferentes modos (disciplina de curso de pós-graduação, curso livre, mooc).

Começam a ser desenvolvidas as experiências em *microlearning mobile*, cursos curtos para acesso pelo celular, com a experiência sobre Vacinação contra Febre Amarela. Na modalidade de *cursos híbridos* já temos o Curso de Divulgação Científica, a formação em Ciência Aberta e a Disciplina de Metodologia Científica: podem ser realizadas combinando aspectos presenciais com atividades online, ou também ser apresentados apenas como EAD. Os cursos de Divulgação Científica e Ciência

Aberta também são exemplos iniciais de *MOOC* (Curso Online Aberto e Massivo), pois também são disponibilizados no Campus Virtual para acesso de qualquer pessoa para aproveitamento de todos os conteúdos e materiais, nesse caso, sem acesso a certificado.

Em seguida, Ana falou do *Educare*, definido como “um espaço de colaboração, criação e de diálogo, que integra os diversos fluxos informacionais do ciclo de vida dos recursos educacionais abertos”. Por esse mecanismo, os professores-autores poderão colaborar e comunicar entre si, propondo o desenvolvimento, compartilhamento e reutilização de REA.

Também foi apresentada uma proposta inicial já desenhada para a construção de uma área dedicada aos alunos e egressos, com a oferta de vários serviços e espaços de participação.

A apresentação sobre o CVF foi finalizada com a pontuação dos próximos passos do trabalho: novo portal com área para os programas; maior destaque para unidades; ênfase no processo seletivo; melhor navegação; arquitetura baseada em serviços; interoperabilidade com Moodle e Educare

Seguiram-se vários comentários dos participantes.

Foi esclarecido que já existe uma integração entre o Campus Virtual e a UnaSUS, por meio de um login único. O desenvolvimento de cursos *mobile* (uso no celular) exige uma adaptação no moodle e está no projeto, porém a equipe do CVF é bastante pequena e ainda não pôde realizá-lo, pretende-se capacitar as unidades para que possam desenvolver cursos nesse formato.

Regimentos do *Stricto e do Lato Sensu* – Ana Paula do Nascimento e Isabella Delgado

Como último ponto da reunião, houve dois informes sobre o andamento dos trabalhos de revisão e atualização dos regimentos dos programas *Stricto Sensu* e dos cursos de especialização *Lato Sensu*.

Ana Paula do Nascimento, do Instituto Aggeu Magalhães, como representante do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do regimento do *Stricto Sensu*, fez uma breve apresentação (**Anexo 13**).

O grupo de trabalho foi constituído em 2018 no Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e é composto por Adélia Araújo (VPEIC), Adriana Coimbra (ENSP), Ana Paula do Nascimento (IAM), Clara Mutti (IGM), Cristiana Brito (IRR), Marcelo Pinto (IOC), Patrícia Veras (IGM) e Rosana Parente (ILMD). Na apresentação, Ana Paula listou os principais documentos de referência utilizados, descreveu os pontos que foram incorporados ou reestruturados e apresentou a proposta de cronograma. A análise final do texto pelos membros do GT será feita até o final de junho, prevendo-se o período de julho e agosto para consulta aos membros da CTE e consequente consolidação das contribuições e divulgação da versão final. O documento resultante será enviado ao CD da Fiocruz em setembro.

Na sequência, Isabella Delgado (VPEIC), trouxe informe sobre a atualização do regimento geral dos cursos de especialização *Lato Sensu*. Sua apresentação pode ser vista no **Anexo 14**. Inicialmente descreveu a composição do GT: Adriana Coimbra (ENSP), Alex Bicca (VPEIC), Aline Andrade (IFF), Ana Paula Fontoura (IOC), Isabella Delgado (VPEIC), Luciana Martins (ICICT), Marta Sartori (VPEIC), Norma Brandão (IOC), Rafael Arouca (ENSP), Sandro Hilário (COC) e Tatiane Oliveira (INI).

Isabella apontou que a Resolução CNE/CES nº 1/2018 estabeleceu diretrizes e normas para a oferta dos cursos de especialização trazendo várias alterações em relação à situação anterior. Citou que a norma estabeleceu 5 tipos de instituições que podem obter o credenciamento para oferta de especializações, dentre elas as escolas de governo. A resolução trouxe diminuição de exigências do percentual de mestres e doutores no corpo docente (de 50% para 30%); não se posiciona quanto à exigência de trabalho de conclusão de curso (anteriormente explicitada); introduz a possibilidade de conversão de créditos de cursos *Stricto Sensu* inconclusos em cursos de especialização; e estabelece a exigência de inserção de dados dos cursos de especialização no sistema e-MEC.

O trabalho de reformulação do regimento do *Lato Sensu* está em fase final pelo grupo de trabalho, estando prevista a consulta às unidades, à CTE e ao Fórum de EAD no mês de julho. Após a consolidação das contribuições, a versão final do documento deverá ser divulgada ao final de agosto e apresentada ao CD da Fiocruz em setembro de 2019. Ficou registrado que o regimento do *Lato Sensu* não abarca os aspectos das residências, que seguem normativas específicas.

Seguiram-se comentários dos participantes aos informes.

Ressaltadas dúvidas quanto ao credenciamento para os cursos de especialização a distância. Foi informado que o Fórum de EAD constituiu há pouco um Grupo de Trabalho para discutir a institucionalização da EAD na Fiocruz. Apontada a necessidade de buscar informações atualizadas sobre as orientações do Ministério da Educação no tocante aos aspectos regulatórios da educação a distância.

A reunião foi finalizada com fala de Cristina Guilam, apontando o compromisso institucional de buscarmos soluções adequadas para as pendências e a conclusão do trabalho de revisão dos regimentos do *Stricto Sensu* e do *Lato Sensu*.